

**AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO
ESCOLAR DA ESCOLA X PARA SE MINIMIZAR O
FRACASSO ESCOLAR**

Por

Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Hugo Antônio Fontana

Fortaleza, CE, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO
ESCOLAR DA ESCOLA X PARA SE MINIMIZAR O
FRACASSO ESCOLAR.**

elaborada por
Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Hugo Antônio Fontana, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Lorena Inês Peterini Marqueza, Dr. (UFSM)

Maria Eliane Alves Lobo, Ms. (PME/SME)

Fortaleza, 17 de setembro de 2010.

Você deixou seus sonhos para que eu sonhasse.
Derramou lágrimas para que eu fosse feliz.
Você perdeu noites de sono para que eu dormisse
tranquilo.
Acreditou em mim, apesar de meus erros.
Ser educador é ser um poeta do amor.
Jamais esqueça que eu levarei para sempre
Um pedaço do seu ser dentro do meu próprio ser...

Augusto Cury

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA X PARA SE MINIMIZAR O FRACASSO ESCOLAR.

AUTOR: GUSTAVO KRYSNAMURTHY LINHARES BRANDÃO

ORIENTADOR: HUGO ANTÔNIO FONTANA

Data e Local a Defesa: Fortaleza/CE, 17 de setembro de 2010.

Esta monografia tem como objetivo estudar as possíveis causas do fracasso escolar e o que a Gestão poderia fazer para minimizar o efeito do não aprendizado. Atualmente, tratar esse fracasso representa um grande desafio para os gestores escolares e para a sociedade. Neste sentido, se faz necessário uma série de trabalhos que possam resgatar a auto-estima dos educandos que procuram ajuda e tornar a escola um local onde ocorra reflexão acerca dos assuntos estudados e desenvolva o pensamento crítico, pois esse é um processo que pode desencadear pesquisa, análise e criação de novas idéias. Mudar a maneira de pensar do indivíduo que busca progredir enquanto estudante é um dos objetivos da Escola X. Uma boa intervenção da Gestão Escolar Democrática pode vir a contribuir para minimizar o fracasso que paira sobre a Educação atual. Este trabalho foi desenvolvido baseado em pesquisas e referências teóricas contidas nos estudos de Batshaw (1990), Freire (2007), Cover (2004), Bossa (2000) e Piaget (1978), entre tantos outros que estudam e tratam do tema em suas pesquisas. Além da pesquisa bibliográfica, visitas foram realizadas na Escola X para acompanhar a atuação do Conselho Escolar em relação ao processo educativo. Nos dias de hoje, fica cada vez mais evidente que se faz necessário considerar um trabalho de acompanhamento por parte da Gestão para melhorar o processo de aprendizagem na Educação. Assim, concluímos que um diagnóstico bem feito pode nortear a intervenção na aprendizagem e, só a partir daí, buscar resultados concretos no processo educacional dos alunos que ali freqüentam, levando os indivíduos a repensarem suas atitudes.

Palavras-chave: Gestão. Democracia. Fracasso Escolar

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA X PARA SE MINIMIZAR O FRACASSO ESCOLAR.

(POSSIBLE INTERVENTIONS SCHOOL BOARD SCHOOL X TO MINIMIZE SCHOOL FAILURE).

AUTOR: GUSTAVO KRYSNAMURTHY LINHARES BRANDÃO

ORIENTADOR: HUGO ANTÔNIO FONTANA

Fortaleza/CE, 17 de setembro de 2010.

This thesis aims at studying the possible causes of school failure and that the management could do to minimize the effect of not learning. Currently, treat this failure represents a major challenge for school managers and to society. In this sense, it is necessary a series of works that can regain their self-esteem of students who seek help and make school a place where reflection occurs on the subjects studied and develop critical thinking, because this is a process that may trigger search, analysis and creation of new ideas. Changing the thinking of the individual seeking to progress as a student is one of the goals of the School X. A good intervention of Democratic School Administration may contribute to minimize the failure that hangs over the current Education. This work was developed based on research and references contained in the theoretical studies Batshaw (1990), Freire (2007), Cover (2004), Bossa (2000) and Piaget (1978), among many others who study and treat the subject in its research. Besides the literature, visits were made at School X to monitor the performance of the School Board regarding the educational process. Nowadays, it becomes increasingly clear that it is necessary to consider a follow-up work by the management to improve the learning process in education. Thus, we conclude that a diagnosis done well can guide the intervention on learning and only thereafter seek concrete results in the educational process of students who attend there, leading people to rethink their attitudes.

Key-words: Management. Democracy. School Failure.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 08 |
| 2. A GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA E DEMOCRÁTICA. | 09 |
| 2.1. O surgimento da administração escolar e seus efeitos na atualidade. | 09 |
| 2.2. A construção de gestão democrática e participativa. | 13 |
| 3. O FRACASSO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS. | 20 |
| 3.1. Contribuição dos pais para o surgimento da indisciplina..... | 21 |
| 3.2. A contribuição dos professores e do espaço escolar para o surgimento da disciplina..... | 25 |
| 4. A X DE AGUIAR E O SEU CONSELHO ESCOLAR. | 31 |
| 4.1. A Instituição de ensino X e sua história | 31 |
| 4.1.1. A Escola X na atualidade | 32 |
| 4.1.2. Uma abordagem qualitativa da Escola X | 34 |
| 4.2. O conselho escolar da Escola X | 38 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| BIBLIOGRAFIA | 44 |
| ANEXOS | 47 |

1. INTRODUÇÃO

Durante as aulas a distância ministradas no curso de Gestão Educacional promovidas pela Universidade Federal de Santa Maria, pudemos perceber o quanto é importante instalar a democracia em nossas Escolas, principalmente para intervir no bom aprendizado de crianças e adolescentes. É baseado em um desses fatores, a intervenção da Gestão democrática na aprendizagem, que iremos nos debruçar para desenvolver o presente trabalho monográfico.

O presente trabalho ressalta a problemática do fracasso escolar na Escola X. Buscaremos investigar através da literatura e uma pesquisa exploratória ao nível dessa problemática que aflige pais e educadores. Entretanto, observamos que falta uma política governamental que fortaleça melhoraria da qualidade da aprendizagem por parte da Gestão Democrática nas escolas, principalmente entre os muros da escola pública, fornecendo um acompanhamento digno aos alunos que necessitem de uma dedicação especializada e de qualidade.

Para realizarmos esse presente trabalho de pesquisa, partimos da seguinte indagação: como a gestão democrática – Conselho Escolar – pode minimizar os problemas da aprendizagem?

Temos como objetivo principal investigar o modo como o Conselho Escolar da Escola X facilita o processo educacional para promover um bom aprendizado e a melhoria da qualidade de vida de alunos e pais, evitando assim o fracasso escolar.

Apresentaremos aspectos relevantes destacados por vários autores que apontam saídas para tal problemática, facilitando a reflexão sobre tais idéias. Podemos citar como exemplo Batshaw (1990), que tem como proposta mostrar os conceitos de autismo e hiperatividade; Freire (2007), comentando sobre a importância de se ter uma mudança na educação que proporcione o diálogo de educandos com educadores; Cover (2004), que demonstra a importância da Psicopedagogia no

auxílio a nova maneira de ensinar; Bossa (2000), que comenta sobre a importância da Psicopedagogia como instrumento de intervenção das dificuldades de aprendizagem; Piaget (1978), que mostra a sua teoria sobre a evolução do conhecimento em um indivíduo; dentre muitos outros autores que colaboram com suas teorias para a realização da pesquisa.

Durante nossa pesquisa, buscamos mostrar como a Gestão Pública e Democrática traz conseqüências positivas para o desenvolvimento escolar. Além de um levantamento bibliográfico, podemos acompanhar o processo de condução dos trabalhos do Conselho Escolar da Escola X e mostrar os avanços que ele teve com uma intervenção adequada. Reunião de pais, de alunos, de funcionários e de professores, ocorrida separadamente pára discutirem suas necessidades, construção da semana cultural de forma democrática e transferências de responsabilidades para os alunos serviram de subsídios para intervi-la de maneira satisfatória no ensino.

Sendo assim, procuramos dividir nosso trabalho em três capítulos. No primeiro iremos apresentar a importância da gestão Pública e Democrática, falando um pouco da evolução dessa instância no decorrer da história de nosso país, ganhando até respaldo jurídico no decorrer do processo.

Já no segundo capítulo iremos discutir as causas e conseqüências do fracasso escolar e como podemos intervir para minimizar tal situação.

E no terceiro capítulo, mostraremos um pouco da história da Escola X e a atuação de seu Conselho Escolar na condução do processo educativo.

2. A GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA E DEMOCRÁTICA

Num primeiro momento, entendemos ser necessário uma abordagem pontual sobre o início da educação formal brasileira. Um começo que tem reflexos até nossos dias.

A educação formal brasileira tem seu início com a vinda dos colonizadores e a chegada dos padres jesuítas ao sil. São dois momentos contrastantes na nossa história. Brenno Sander (2005) identifica esses momentos como, “o encontro entre o mundo dos donos da casa e o mundo dos visitantes. O mundo dos povos nativos e o mundo dos povos latinos. O mundo dos conquistados e o mundo dos conquistadores” (2005 p. 93).

Este mesmo autor visualiza esse primeiro momento de nossa história como um resultado de um processo que é ao mesmo tempo civilizador; colonizador; e globalizador. Tal processo é resultado da necessidade de expansão da propriedade e do comércio, expansão do poder e expansão da fé. O que significa conquista econômica, política e cultural, que envolve a educação, mediante a transplantação sistemática dos valores e das práticas religiosas do cristianismo e das expressões artísticas e tradições educacionais dos países dominados pela cultura latina da Europa continental para o Novo Mundo.

Seguindo nossa análise, iremos iniciar abaixo, como se deflagrou o processo de administração no Brasil e que caminhas se têm para alcançarmos uma gestão democrática e participativa.

2.1 O surgimento da administração escolar e seus efeitos na atualidade.

A escola no seu percurso histórico foi marcada pela necessidade de organização. Neste contexto que se associa à relação entre educação e administração. O nascimento histórico de uma Filosofia administrativa caminha lado a lado com a

própria história da administração pública. O sentido histórico do termo administração nasce com as transformações econômicas, sociais e políticas de várias culturas. A administração, assim como a educação se transformou; abandonaram as primeiras regras de organização, baseadas na família, na religião e no exército e construíram novos mecanismos e metodologias de organização institucional, principalmente a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Europa do século XVIII.

As evidências nos mostram que, de um modo geral, os trabalhos teóricos sobre Administração Escolar, publicados no Brasil, adotam, implícita ou explicitamente, o pressuposto básico de que, na escola, devem ser aplicados os mesmos princípios administrativos adotados na empresa capitalista.

De acordo com Sander (2005), outro momento significativo de nossa história educacional veio com a República. Embora a primeira Constituição da República tenha sido omissa em matéria de educação, Benjamin Constant liderou uma reforma educacional alicerçada nos princípios doutrinários do positivismo francês protagonizado por Comte (1830-1842) no século XIX. Essa orientação filosófica, que enfatiza as noções de ordem e progresso, de equilíbrio e harmonia, e que preconiza métodos empíricos baseados em dados objetivos e racionais, deixou sua marca permanente em nossas instituições políticas e sociais, inclusive na educação.

A influência do positivismo na educação, segundo Sander (2005), se revela na adoção de poderosos instrumentos de controle central e de uniformização do ensino, apesar do federalismo formal e da descentralização proclamada da administração pública. O autoritarismo centralizador da administração pública se repetiria na administração escolar. Ainda no âmbito da escola, o positivismo se manifestou na concepção de um conteúdo universalista transmitido por um currículo enciclopédico, na adoção da metodologia empírica e quantitativa e nas práticas prescritivas de organização e funcionamento das instituições de ensino. Os requisitos fundamentais das escolas e dos sistemas de ensino e da própria administração pública desta época são: a ordem, a disciplina, o controle

centralizado e uniformização de comportamentos e práticas. Decorrente deste pensamento, temos hoje a valorização e manutenção do *status quo* em detrimento, muitas vezes, da educação para a liberdade, a criatividade, a consciência crítica e a cidadania responsável.

Apesar de entender como inadequada a utilização do modelo de administração capitalista para o âmbito escolar, o autor entende que as conquistas teóricas da administração capitalista poderiam fornecer uma consistente contribuição ao incremento da produtividade da escola, desde que se procedesse à efetiva racionalização das atividades e à sistematização dos procedimentos, no sentido de um ensino de melhor qualidade. Contudo, o que o autor verifica na prática é a vigência da dimensão mais especificamente política da administração capitalista.

O positivismo iluminou decisivamente as teorias clássicas de administração, concebidas e adotadas no início do século XX, em particular o taylorismo e o fordismo norte-americano. Os movimentos gerenciais da escola clássica difundiram-se rapidamente por todo o mundo e invadiram as várias áreas temáticas da administração, incluindo a do ensino. No Brasil esses modelos refletiram na organização e administração públicas, inclusive na educação.

Taylor vislumbrou que uma maior produtividade, com baixo custo de produção ao empregador e que rendesse dividendos aos empregados, poderia ser atraente para ambos (vale lembrar que naquele momento histórico, a garantia de algumas condições à subsistência do trabalhador podia significar um avanço nas relações de trabalho). Altos salários e baixo custo de produção parecia mesmo uma proposta irresistível. No entanto, os princípios tayloristas supunham o aumento de tempo e de ritmo de trabalho, por parte do trabalhador. Isso significa ir além de um conjunto de rotinas padronizadas de trabalho. O taylorismo acaba interferindo também na maneira de agir e de pensar do operário, na medida de sua adesão a um determinado tipo de racionalidade produtiva.

O fordismo incorpora essa forma de organização científica idealizada por Taylor. Com os seus processos de produção industrial agrupados, criou aquilo que se

convencionou chamar modelo fordista: racionalização, divisão do trabalho, mecanização, linha de montagem, produção de massa, formalização, planejamento, estandardização, mudança funcional, objetivação, concentração e centralização (KEEGAN, 1986).

Só para ilustrarmos, a burguesia industrial brasileira dos anos de 1920 incorpora de forma consistente a orientação fordista e a aplicação ao objetivo de submeter o trabalhador aos ditames da fábrica, controlando, inclusive, sua vida íntima, comenta Saviani (2007).

No que tange à democracia, pode-se afirmar que não houve tentativas de deflagração de um processo democrático. Embora a classe dominante comece a acenar para a educação numa aparente luta verbal contra o analfabetismo, justificado pela redução dos laços imperialistas durante a Primeira Guerra Mundial, o poder mantém-se centralizado no interior das grandes oligarquias de base ainda latifundiária, embora em fase já decadente.

Com a transformação do modelo agrário-exportador para o modelo urbano industrial, começa a surgir uma demanda de recursos humanos. A classe média emerge na zona urbana, perseguindo ascensão na escala social, através da obtenção de condições para consecução de emprego. Devido à incapacidade das camadas dominantes de reorganizarem emergencialmente o sistema educacional herdado da educação jesuítica, de forma a atender às novas exigências de formação de mão de obra, evidencia-se uma forte tendência para assinalar a baixa produtividade do ensino como responsável pelos entraves do desenvolvimento que ora se instala. A educação, então, passa a adotar uma concepção de cunho científico-positivista de ciência, com o propósito de imprimir um ensino pragmático.

Segundo Saviani (2007), o processo inicial de tomada de consciência político-democrática deflagra-se, oficialmente, entre 1920 e 1930, com a luta reivindicatória em defesa do voto livre e secreto, posteriormente conquistado e que leva a uma nova organização social. Essa situação acaba por organizar ou

até mesmo ofuscar momentaneamente os condicionantes da sociedade dualista brasileira. Porém, nesse período marcado por inquietudes políticas e econômicas e salvaguardado por dirigentes extremamente negadores do processo democrático, eclode a Revolução de 30, anulando todas as tentativas populares democráticas, valendo-se de atitudes reacionárias na luta contra o comunismo. O desmantelamento das reivindicações populares dá lugar às exigências pessoais e a educação, apesar da relativa expansão, torna-se instrumento de exploração e interesse entre facções revolucionárias, anulando as possibilidades sociais, humanas e científicas, oscilando através da conciliação das forças ora divergentes, ora favoráveis às facções conservadoras.

Então, é grande importância entender que o papel do educando não restringe-se à sua condição de consumidor, pois, num processo pedagógico autêntico, o educando não apenas está presente, mas também participa das atividades que aí se desenvolvem, mesmo porque, é próprio da atividade educativa o fato de ela não poder realizar-se a não ser com a participação do educando que entra no processo ao mesmo tempo como objeto e como sujeito da educação.

À guisa de conclusão, é preciso ressaltar uma série de considerações e sugestões para a efetivação de uma forma de Gestão Escolar que seja realmente transformadora, que atenda e tenha como centro e base as especificidades do ato educacional e que se oponha firmemente ao modelo empresarial capitalista e conservador imposto pela classe dominante. No mais, fica claro também o caráter instigador do capítulo, que nos move ao desejo de fazer com que as classes menos favorecidas tomem consciência política e absorvam o conhecimento historicamente acumulado, para que assim, se entendam também como classes transformadoras, como agentes da história e não como meros espectadores.

2.2 A construção de gestão democrática e participativa.

As reflexões sobre a escola pública no Brasil passam necessariamente por suas articulações com as classes populares e com a dinâmica de produção do fracasso escolar. O reconhecimento da escolarização como um direito faz-se acompanhar

de políticas públicas que visam à expansão de vagas, no sentido de garantir a presença de todas as crianças na escola, de fomentar a educação de jovens e adultos e de ampliar o acesso aos ensinos médio e superior. Os procedimentos implementados dirigem-se especialmente aos sujeitos das classes populares, uma vez que são eles que constituem fundamentalmente a escola pública e vêm sendo historicamente excluídos da educação escolar.

A transformação da escola, por meio de sua efetiva democratização, é uma meta há muito buscada. Tal mudança exige uma profunda reflexão sobre os modos de incorporação das classes populares à escola, apresentando-se como um dos desafios centrais a promoção de ações capazes de fazer da escola pública uma escola de educação popular e não meramente uma escola para as classes populares. Nesse percurso, é relevante interrogar as relações entre esta mudança de perspectiva e a produção das práticas que orientam a dinâmica pedagógica.

Vale dizer que a população em geral não está totalmente à mercê de todo o tipo de experiências sociais advindas de interesses alheios. Cada vez mais constatamos significativas e inesgotáveis formas de alternativas promissoras e que só não vingam suficientemente, em função de que nos levaram a pensar e acreditar somente na ciência social de um modelo de racionalidade ocidental. Santos (2002a, p. 238) diz que por mais que nos esforcemos não basta recorrer e propor uma nova ciência social. “Mais do que isso é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas (...) tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”.

A Escola requer uma nova postura dos atores sociais, no sentido de desenvolver uma sensibilidade ímpar, para, então, identificar outros saberes presentes em contextos considerados não declarados. Para isso a possibilidade de diálogo entre diferentes saberes.

A construção desses espaços de diálogo só poderá vingar a partir do entendimento de que nenhuma cultura é completa. O reconhecimento da

incompletude gera a motivação para um movimento dinâmico que pode ser enriquecido pelo diálogo e pelas trocas entre culturas. Este diálogo deve consistir em um exercício de reciprocidade, de outra forma, pode-se correr o risco de que as trocas desiguais entre as culturas acarretem “a morte do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares” (SANTOS, 1996, p. 27-28).

Não se trata aqui de reduzir a relevância da conquista de uma escola pública de qualidade para todos. Apenas não quero ofuscar a ambivalência que atravessa a luta pela escola pública, pois a escola defendida como direito, por meio de uma histórica luta da classe trabalhadora, também vai se constituindo, como instituição socialmente produzida, em um espaço de luta entre a reprodução das desigualdades sociais e a produção de possibilidades mais democráticas. O conjunto de acontecimentos cotidianos, em que se entrelaçam atração e repulsa, possibilidades e obstáculos, expressa a ambivalência com que se tece a complexidade de suas práticas. A escola está constituída por desejos opostos por ser lócus de produção e legitimação de conhecimentos, valores e práticas sociais; espaço tramado com os sujeitos e processos que ali se entrecruzam, se interpelam, se interpretam, enfim, dialogam e se confrontam nos espaços liminares de suas várias fronteiras.

Há que se construir a possibilidade de articular uma racionalidade comunicativa no interior dos processos administrativos da educação, a qual enseja uma reintegração do mundo normativo em convívio na esfera do mundo prático, de superação das dicotomias, de reconduções e de consensos permeados de idealismo. Em termos de possibilidades, importa aproveitar o máximo as experiências sociais disponíveis e possíveis, pois quanto mais experiências estiverem disponíveis, mais se amplia o leque e novas pistas credíveis vão se impondo frente ao estabelecido e reconhecido como único e verdadeiro. Por essa razão, a proposta de Boaventura de Sousa Santos, embora sugerindo a necessidade de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, torna-se um instrumento, entre outras formas experienciáveis de emancipação social, de

refutação das manifestações egoístas e individualistas que dominam o mundo ocidental.

A Gestão Democrática tão sonhada surge com a criação da Constituição Federal de 1988 em seu art. 206 – VI, que diz “gestão democrática no ensino público, na forma da lei”.

É nessa perspectiva que se criaram os conselhos escolares como forma de trazer para as paredes das nossas escolas públicas uma democracia que proporcione o diálogo entres todos os segmentos da escola.

Os Conselhos Escolares também estão respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96) em seus artigos 14 e 15, nos quais podemos verificar:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Devemos perceber no art. 15 que essa regulamentação baseia-se no princípio da autonomia delegada, pois esta lei decreta a gestão democrática com seus princípios vagos, no sentido de que não estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão democrática, apenas aponta o lógico, a participação de todos os envolvidos. Nesse íterim, o caráter deliberativo da autonomia assume uma posição ainda articulada com o Estado. É preciso que educadores e gestores se reeduem na perspectiva de uma ética e de uma política no sentido de criar

novas formas de participação na escola pública, tais como ouvindo, registrando e divulgando o que alunos e comunidade pensam, falam, escrevem sobre o autoritarismo liberdade da escola pública e as desigualdades da sociedade brasileira. É tecendo redes de falas e de registros, ações e intervenções que surgirão novos movimentos de participação ativa e cidadã.

Os conselhos escolares já estão presentes em praticamente todas as unidades da rede estadual e municipal, mas, segundo especialistas, ainda não conseguem desempenhar plenamente seu papel de promover a gestão democrática do ensino público. A falta de conhecimento da sociedade sobre seu funcionamento, os processos acidentados de escolha dos representantes e a grande rotatividade dos docentes são alguns dos problemas apontados.

Além Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil também faz parte dos organismos colegiados e são partes constitutivas da Gestão Democrática da Educação, tendo como elemento definidor o trabalho de equipe pautado na construção coletiva onde, Conselhos, Grêmios e Gestores Escolares, dão vida aos preceitos legais, acreditando que, entre os fatores que exercem influência fundamental na sustentabilidade dos processos educativos está a efetiva participação da comunidade, através da ação colegiada dos atores sociais de cada Unidade Escolar, acreditando nas possibilidades e na responsabilidade social de juntos, construir uma escola pública democrática de qualidade.

As famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no Conselho Escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Tais entidades são constituídas por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Cabe ao Conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) tem como objetivos: ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Muitas são as obrigações do Conselho Escolar (autoridade máxima no processo decisório, dentro da Gestão Escolar): ter conhecimento e cumprir as regras de seu Estatuto e fixar normas para seu próprio funcionamento; acompanhar os Gestores no desempenho de suas funções e atividades; supervisionar a manutenção e a conservação das instalações físicas e de todo o equipamento da Escola; orientar a aplicação de recursos de acordo com as prioridades estabelecidas; estudar a realidade da Comunidade Escolar, identificar seus problemas e potencialidades

Se faz necessário o diálogo entre os segmentos da comunidade escolar dentro do Conselho, pois ajudar a Escola na conquista de sua autonomia relativa em relação às condições das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras sem perder de vista o objetivo maior da Escola que é o de propiciar um clima favorável as aprendizagens dos educandos.

O cotidiano escolar deixa evidente que a diferença não é a exceção, é a norma. Portanto, as práticas pedagógicas se democratizam e se vinculam aos processos de emancipação social, quando são realizadas com as diferenças e não contra as diferenças. A qualidade excludente e redutora, que nega as múltiplas possibilidades humanas, não serve a um projeto de educação popular. Entendo que, nessa perspectiva, a qualidade se articula aos processos pedagógicos em que os sujeitos em interação trazem para a relação suas singularidades e, no coletivo, encontram meios para ampliar constantemente seus saberes. A democratização da escola pressupõe o coletivo como espaço privilegiado para o estabelecimento de relações solidárias que contribuam para a ampliação do conhecimento de todos os envolvidos no processo. Por meio do trabalho coletivo não se busca necessariamente o consenso que harmoniza os discursos, negando as diferenças e silenciando as tensões, mas a ruptura com o silenciamento que vem sendo historicamente produzido. A solidariedade entrelaçada ao processo coletivo orienta as práticas e gera condições para a produção de significados partilhados, que criam bases para reflexão e diálogo.

A escola pública amplia sua qualidade ao aprender com os movimentos de educação popular a incorporar, em seu cotidiano, o trabalho coletivo, as relações solidárias, os diferentes saberes e a participação das diferentes pessoas. O encontro da escola pública com a educação popular produz processos reflexivos e atuações que podem gerar práticas que ampliem a face democrática da escola e aprofundem seus vínculos com os históricos movimentos de emancipação humana.

3. O FRACASSO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUENCIAS

O fracasso escolar aparece hoje entre os problemas de nosso sistema educacional mais estudados e discutidos. Porém, o que ocorre muitas vezes é a busca pelos culpados de tal fracasso e, a partir daí, percebe-se um jogo onde ora se culpa a criança, ora a família, ora uma determinada classe social, ora todo um sistema econômico, político e social.

Tal fracasso estar intimamente relacionado ao problema disciplinar muito observado no interior das instituições de ensino. Por isso, que os próximos escritos deveremos nos debruçar sobre a indisciplina e suas possíveis causas e conseqüências que afetam o aprendizado de crianças e adolescentes.

A escola sofre reflexos do meio em que está inserida. Além da própria Instituição de Ensino criar seus conflitos e fracassos, o problema disciplinar é também freqüentemente, repercussão dos conflitos da família e do meio social envolvente.

Atualmente, quando se fala em disciplina, pensa-se num conjunto de regras com a finalidade de estabelecer a ordem, assim como as sanções associadas à violação das mesmas. Esta violação conduz à desordem, que define a indisciplina.

A escola não deve ser uma multidão, ou seja, um simples aglomerado de indivíduos acidentalmente reunidos. Dado que, sem disciplina, existiria a confusão, o tumulto, a anarquia, aquela que se impõe como uma imperiosa necessidade social, visto que assegurará a autoridade do professor, o comportamento dos alunos e a eficácia do ensino.

A questão da disciplina/indisciplina na aula é um assunto muito complexo. O que para alguns professores é indisciplina, para outros é apenas uma manifestação da vitalidade própria dos alunos. Além disso, não é fácil ter a certeza de um ato perturbador ser ou não intencional.

Nesse capítulo, será examinado que a indisciplina pode surgir na educação por muitas vias, mas cabe focalizar as duas principais: a indisciplina oriunda na família e o que é do próprio espaço escolar.

3.1 Contribuição dos pais para o surgimento da indisciplina.

As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente as pessoas de família, influem muito no seu comportamento, pois a criança nasce no seio desta, sendo, portanto, os pais os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que quotidianamente tratam com os alunos reflete-se em muitos dos atos praticados por eles. A ação da família começa desde o berço, muito antes da ação da Escola, sendo a importância da ação familiar na tarefa educativa reconhecida pela Escola, impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda mútua na consecução do ideal educativo.

Para uma educação idealmente construída, a disciplina deveria ser conseqüência voluntária da escolha livre, do diálogo, da argumentação, do convencimento, da responsabilidade e, como conseqüência da disciplina, a liberdade deveria enriquecer-se de possibilidades, não sendo antagônicos os dois princípios de liberdade e de disciplina.

Hoje, vive-se numa sociedade em que a unidade familiar se encontra desgastada, sem que o lar possa oferecer aconchego, uma vez que os pais, graças às deslocções para o emprego e às longas jornadas de trabalho que lhes asseguram a subsistência, deixam de estar presentes nos momentos mais difíceis.

Já é sabido que a base de tudo está na fase na infância. E é voltado para esse pensamento que muitos psicólogos realizaram estudos para explicarem muitos sobre os mistérios desvendados nos olhos das crianças.

Segundo Bettelheim (1988), a criança precisa da compreensão e auxílio dos pais para conquistar um novo estágio de desenvolvimento psicológico e social, sem

deixar marcas em sua personalidade. Os pais sempre devem incentivar os filhos naquilo que querem e podem ser, seguindo seus instintos naturais para a construção da sua história de vida.

Entre zero a três anos, esse ser tão pequeno, por instinto de sobrevivência, aprende a engatinhar, andar e falar. A criança aprende imitando os adultos e não por que alguém a ensinou. Quando a mãe comenta que ensinou o filho a falar, sabemos que isso não é verdade, pois o que ela faz é repetir as palavras várias vezes induzindo a criança a falar. Com tais imitações a criança vai formando sua personalidade e assim, desenvolvendo sua mente.

(...) Sem dúvida, estas relações interindividuais existentes em germe desde a segunda metade do primeiro ano, graças à imitação, cujos progressos estão em íntima conexão com o desenvolvimento sensorio-motor (PIAGET, 1999, p.25)

A imitação é o poder que a criança tem de conseguir alcançar progressos em seu desenvolvimento intelectual e social, pois mecanismo é uma ação gerada por uma necessidade. Não só a fala é exposta a esse tipo de processo, mas quantas vezes um indivíduo repete gestos ou copia roupas de ídolos para se desenvolverem.

Pode-se dizer de maneira geral (não comparando somente cada estágio ao seguinte, mas cada conduta, no interior de qualquer estágio, a conduta seguinte) que toda ação – isto é, todo movimento, pensamento ou sentimento – corresponde a sua necessidade. A criança, como o adulto, só executa alguma ação exterior ou mesmo inteiramente interior quando impulsinada por um motivo e este se traduz sempre sob a forma de uma necessidade (uma necessidade elementar a um interesse, uma pergunta, etc.). (PIAGET, 1999, p. 16)

Sabe-se que para se viver em sociedade é necessário haver limites. No dia-a-dia, é impossível que a criança tenha liberdade total, ilimitada. Considera-se que nada permitir ou, no extremo oposto, permitir tudo, são hábitos igualmente nocivos do ponto de vista educacional. É fundamental que a criança saiba o que pode e o que não pode ser feito. As crianças, por serem heterônomas, precisam de regras vindas de seus educadores, que não podem se esquivar da tarefa de colocar os limites necessários para que se desenvolvam bem e consigam se situar no

mundo. É importante não ver esses limites como algo que não pode ser feito, mas serem interpretados com um sentido positivo, que situa o indivíduo em suas relações sociais, que os auxiliam na tomada de consciência da posição ocupada na família, na escola, enfim, na sociedade.

Segundo Ginott (1982), a disciplina requer a distinção entre desejos e atos. Partindo desse princípio, pode-se obter um dos caminhos para combater a indisciplina tanto em casa como na escola. É uma técnica que requer paciência e continuidade, pois os resultados são obtidos de forma lenta, mas, na maioria dos casos, progressiva.

Em geral, as regras são acordos elaborados pelos integrantes do grupo que beneficiam a todos, ordenando as relações. Esses acordos não são rígidos, estáticos ou pré-estabelecidos, nem privilegiam alguns em detrimento de outros. Com o passar do tempo, se for constatado que algumas regras não estão dando certo, ou quando uma das partes sente-se prejudicada, o acordo anterior é novamente analisado, revisto e, se necessário, é reelaborado. Essa flexibilidade, a adequação às necessidades particulares de cada grupo; a participação ativa dos integrantes do mesmo na sua elaboração; a regularidade; e o seu cumprimento por parte de todos que o integram, são alguns dos princípios que regem as regras.

(...) A maioria dos problemas disciplinares consiste de duas partes: sentimentos de rancor e atos de rancor. Cada parte tem que ser tratada diferentemente. Os sentimentos têm que ser identificados e expressos; os atos têm que ser limitados e corrigidos (GINOTT (1982, p. 65)

Um agravante para a indisciplina seriam as proibições que os pais realizam com os filhos. De acordo com Montessori (1966), algumas proibições que os adultos estabelecem às crianças são prejudiciais, pois tais impedimentos acabam impedindo seus instintos de descobertas. Para entender melhor esse bloqueio vale supor que uma mãe esteja arrumando a casa e seu filho caçula, de quatro anos, aproximasse e começasse a ajudar a mãe empurrando cadeiras e esta interrompe para impedir que a criança se machuque. Mas o garoto tentava fazer era, através da imitação, praticar aquela ação. Se todas as vezes que as crianças

forem interrompidas pelos adultos, suas ações não serão concluídas, e diante de tais proibições, elas poderão raciocinar da seguinte maneira: sempre alguém aparecerá para realizar minhas obrigações.

Baseando-se, ainda em estudos realizados pela autora acima, a continuidade de certas proibições fará com que a criança perca o hábito de realizar tarefas e assim o aprendizado escolar poderá refletir dessa mudança de comportamento. Quando o professor passa atividades em sala, observa-se que algumas crianças, ou até mesmo os jovens, não as fazem, isso pode ter relação com as ditas proibições ocorridas no lar.

Então, proibições e limites devem ser repensados para que a disciplina se fortifique na construção da personalidade da criança. Mas não são somente as proibições e os limites que devem ser repensados. Há que agrupar a esses elementos o elogiar, como reforço positivo na ótica comportamental.

Temos o hábito de elogiar as crianças com adjetivos que as deixam com muita ansiedade (maravilhoso, competente, angelical e generoso), e, desta maneira, se sentem longe dessas qualidades ou se sentirão úteis somente se realizarem determinadas tarefas. Então, o correto é elogiar suas ações, pois o indivíduo se sentirá mais útil.

Quando um garoto ajuda a limpar o pátio, o normal será fazer apenas uma referência ao duro que ele deu e o ótimo resultado que obteve. É altamente desaconselhável e inapropriado dizer-lhe que é bom por isso. Palavras de elogio devem criar para um quadro realístico de suas possibilidades, não uma colorida imagem de sua personalidade. (GINOTT, 1982, p. 26)

Para que uma criança adquira uma boa personalidade forte a educação familiar deve insistir na construção dos valores sociais. E para isso se faz necessário o diálogo entre pais e filhos.

Visando manter a comunicação familiar, pois foi através dela que a espécie humana conseguiu transmitir, ao longo do tempo, seus conhecimentos. A sabedoria é considerada a fonte de uma evolução progressista da humanidade.

Filhos bem preparados para a vida contribuirão para que a espécie humana continue na linha do progresso auxiliando o bem estar da sociedade.

A espécie sobreviverá e desenvolver-se-á nas trilhas de um fio condutor. Todos os atributos e conquistas da humanidade devem ser desenvolvidos na espécie humana. O indivíduo necessita de ensinamentos para progredir. Isso revela uma necessidade de transmitir às gerações futuras os saberes adquiridos e acumulados pelas gerações anteriores. (VASCONCELOS, 2001, p. 40)

Muitas pessoas hoje preocupam-se em saber se os problemas de seus filhos são resultado do que herdaram ou aprenderam de seus pais, ou das pressões e padrões produzidos pela sociedade. Muitos pais sentem-se desanimados e ficam se perguntando o que ou quem é responsável pelo comportamento do filho. Criar filhos nunca foi tarefa fácil. O mundo parece estar girando cada vez mais rapidamente e uma avalanche de novos conhecimentos se precipita sobre ele.

3.2 A contribuição dos professores e do espaço escolar para o surgimento da indisciplina.

Não é somente em casa que as crianças, muitas vezes são barradas em suas vontades. Quantas vezes nós educadores já dissemos não aos nossos alunos. Os professores, por serem o símbolo da educação, deveriam buscar entender melhor seus alunos e induzi-los a procurarem descobertas que lhes sirvam de subsídio para suas vidas.

O professor deveria comportar-se como um sargento treinado recrutas, numa pista de obstáculos! Sua função é assimilar situações que desafiem o educando, de acordo com seu nível de desenvolvimento. Não cabe ao professor determinar qual o resultado (que é probabilístico), mas valer para que o “recruta” enfrente os obstáculos (LIMA, 1984, p. 32-33).

Ao aluno deve ser dado o direito de aprender. Não um aprender mecânico, repetitivo, de fazer sem saber o que faz e por que faz. Muito menos um aprender que se esvazia em brincadeiras. Mas um aprender significativo do qual o aluno

participe raciocinando, compreendendo, reelaborando o saber historicamente produzido e superando, assim, sua visão ingênua, fragmentada e parcial da realidade.

Sabe-se que o educador tem que colocar o educando em atividade, pois só através disso conseguirá motivar o aluno. Por isso que a educação atual possui um baixo nível. É como se fosse um processo teatral, onde simplesmente decoram textos e esquecem futuramente. Se quisermos ter sucesso nesse processo, temos que tornar os alunos ativos e educa-los com mais precisão.

Estudar só faz sentido se for para ter uma profunda compreensão das relações dos conteúdos, para ser capaz de entender uma situação problema e pôr em jogo as ferramentas adquiridas para resolver uma questão. O aluno que não domina um conhecimento fica dependente do que o professor espera que ele responda.

Um professor que não queira ou que não possa dar vazão à sua própria intuição, dificilmente será eficaz em estimular a intuição em seus alunos. Ser inseguro a ponto de temer ser apanhado em erro não tornará o professor um modelo convincente de ousadia: se ele não arrisca uma hipótese duvidosa, como poderá seu aluno fazê-lo? (TOLEDO, 1999, p. 52).

O profissional de hoje precisa ter uma postura reflexiva capaz de mostrar que não basta abrir um livro didático em sala de aula para que as crianças aprendam. O trabalho intelectual do professor requer tomadas de decisões particulares e coletivas baseadas em uma sólida bagagem conceitual.

Já a educação é uma estratégia de estímulo ao desenvolvimento individual e coletivo gerada pelo homem com finalidade de se manter como tal e de avançar na satisfação de necessidades de sobrevivência e de transcendência, comenta D'Ambrósio (1996).

Ainda de acordo com o autor acima, de uma maneira geral, a educação agrupa algumas variáveis. Uma dessas variáveis é o aluno, indivíduo que busca realizar sua aspirações e responder às suas inquietudes. Outras variáveis são a inserções do aluno na sociedade e as estratégias dessa sociedade para realizar essas

expectativas. Por fim, não podemos esquecer dos agentes, instrumentos e conteúdos que servirão de subsídios para a execução das estratégias.

Os professores fascinantes transformam a informação em conhecimento e o conhecimento em experiência. Sabem que apenas a experiência é registrada de maneira privilegiada nos solos da memória, e somente ela cria avenidas na memória capazes de transformar a personalidade. Por isso, estão sempre trazendo as informações que transmitem para a experiência de vida. (CURY, 2003, p. 57)

O clima da aula deve ser de liberdade e de tolerância, de modo a permitir que os alunos tomem consciência dos seus valores e ajam em sintonia com eles. A autonomia conduz à autodisciplina, não significando, no entanto, que o professor tenha uma atitude de indiferença, ou de apatia perante os alunos. Pelo contrário, as suas atitudes, embora democráticas, devem ser firmes.

A liberdade é importante para que a criança busque aprender as normas da sociedade. Segundo Montessori (1966, p.89), “quando entendermos a realidade misteriosa da criança, descobriremos que a liberdade é o poder de pesquisar, descobrir, agir e servir”.

Se não fornecermos liberdade à criança para que possa construir sua própria personalidade, estamos impedindo que assimile certas idéias que lhes sirvam de base para vida.

Tradicionalmente, o clima da aula era caracterizado pela quietude, pela criação de um grupo de estudantes dóceis, que participavam na aula como meros receptores, o que tinha como conseqüência a rapidez do ato pedagógico. Desenvolvia-se pouco a capacidade crítica e a iniciativa individual.

Levar os alunos a estudar e compreender uma situação do cotidiano da escola, da cidade, ou mesmo do país, é o enfoque adequado para um trabalho interdisciplinar, sem artificialismo e que poderá contribuir para o desenvolvimento da cidadania (TOLEDO, 1999, p. 53).

Nos nossos dias, cada vez é mais difícil estabelecer a disciplina e fazê-la respeitar. É que, hoje, a posição do aluno é muito diferente da que conheceram o

seu pai e o seu avô. Estes viveram entre a Família e a Escola, em meios homogêneos, onde toda a gente admitia os modos de vida aceitos pela maioria e rejeitava quaisquer outros. Com o efeito da evolução das condições gerais de vida, em todos os meios, as crianças tornaram-se mais independentes, menos dispostas a obedecer à autoridade dos adultos.

O desenvolvimento mental é a construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, à medida que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio (PIAGET, 1999, p. 14).

Então, cabe aqui dizer que o tema da indisciplina é, sem dúvida, demasiado vasto. Tendo em consideração a sua amplitude, serão tratadas apenas algumas vertentes, não numa perspectiva de meta de chegada de conhecimentos definitivos, mas de ponto de partida para outras abordagens interativas do ato educativo. Como a indisciplina constitui, atualmente, um dos problemas mais graves que a Escola enfrenta, não podiam deixar de ser referidos, também, os efeitos negativos que ela produz em relação aos docentes.

Foi nesse sentido que Augusto Comte colaborou com a educação formulando uma filosofia que incentivava a modernização do ensino.

Augusto Comte é um filósofo que representa o pensamento do século XIX, criou o termo positivismo para designar uma diretriz filosófica que busca seus fundamentos nas ciências e na organização técnica e industrial da sociedade moderna. Somente o método científico é usado para se chegar ao conhecimento. Reflexões ou juízos que não se pode comprovar pelo método científico, como os postulados da metafísica, não levam ao conhecimento e não têm valor (CASTELO, 2001, p.47).

Segundo Castelo (2001), foi por volta de 1850 que às idéias positivistas chegaram ao Brasil, durante o Segundo Império. Nessa época, a situação sócio-política era de insatisfação. O Brasil não possuía uma filosofia definida, então aspirava qualquer idéia que fosse oferecida. É a partir daí que o Positivismo vem preencher essa lacuna.

Da obra de Comte destacam-se três partes fundamentais. A *lei dos três estados* onde considera que as sociedades humanas passaram por três estágios ao longo de sua evolução, o tecnológico, o metafísico e o positivo. A classificação das ciências, onde estabelece uma ordem para o estudo intelectual que vai do mais simples para o mais complexo. A reforma da sociedade que propunha uma reestruturação intelectual e moral das pessoas para instituir a ordem (CASTELO, 2001, p.47).

Sendo assim, a Filosofia Positivista mostrou a necessidade de uma reforma geral na educação. E foi no final do século XIX que o positivismo repercutiu na educação brasileira, com a elaboração do primeiro projeto de formação do educador. Uma outra propagação do positivismo foi na ditadura militar instalada a partir de 1964. O modelo educacional apresentado baseava-se numa pedagogia tecnicista, onde as informações, os princípios e as leis são estabelecidas e ordenadas numa seqüência lógica.

A formação de professores deve ser baseada em critérios técnicos reducionistas que, a priori, visam estabelecer um perfil desejável de profissional em um quadro de atribuições práticas genericamente delineadas. Na perspectiva do ideal, a realidade do fracasso do ensino parece irrelevante como se, de fato, o ser humano fosse incapaz de aprender com os seus erros. Assim sendo, reforçam-se os princípios de que a maior parte dos problemas de aprendizagem são problemas de ensino e de parâmetros estreitos do projeto educativo.

E são esses docentes que devem repensar e transformar a educação. Segundo Freire (2007), a tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula, à relação professor-aluno. A educação deve transpor os muros da escola para que possa ter acesso à rua, invadir a cidade. Enquanto os grandes debates permanecerem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.

Para Silveira (1966), o professor deve criar no aluno a atitude de desejar a ler o que é belo, útil e construtivo. E refletir, sabemos, é o que permite ao homem abrir as portas de sua percepção. Quando movido por curiosidade, pelo desejo de crescer, o homem se renova constantemente, tornando-se cada dia mais apto a estar no mundo, capaz de compreender até as entrelinhas daquilo que ouve e vê

do sistema em que está inserido. Assim, tem ampliada sua visão de mundo e seu horizonte de expectativas.

Um bom professor é lembrado nos tempos de escolas. Um professor fascinante é um mestre inesquecível. Um bom professor procura seus alunos, um professor fascinante é procurado por eles. Um bom professor é admirado, um professor fascinante é amado. Um bom professor se preocupa com as notas dos seus alunos, um professor fascinante se preocupa em transforma-los em engenheiros de idéias (CURY, 2003, p.72).

Um outro elemento importante que deve acompanhar as mudanças da educação é o núcleo gestor. Durante muito tempo, dizia-se que a função do diretor era administrar a burocracia. Felizmente, isso está mudando. Há alguns anos vem ganhando força a idéia de que a principal tarefa é fazer o que se convencionou chamar de gestão da aprendizagem. Ou seja, o que realmente importa é resgatar a função primordial da escola: garantir a criação de um ambiente agradável em que todos os alunos (sem exceção) consigam avançar.

Devemos, enquanto profissionais preocupados com a indisciplina, refletir sobre diversas formas de auxiliar na busca de soluções e intervenções para apoiar a conquista de uma educação moderna que atenda realmente às exigências da sociedade e que proporcione o verdadeiro aprendizado de que os alunos precisam.

4. A ESCOLA X E O SEU CONSELHO ESCOLAR

Agora, nossas discussões serão baseadas na história da Escola X e em seguida na constituição e atuação do atual Conselho Escolar para podermos ter um parâmetro de como se dar o funcionamento de tal instituição.

4.1 A instituição de ensino x e sua história

A Escola Municipal Professor X recebeu este nome em reconhecimento aos relevantes serviços que o Professor Antônio Martinz de Aguiar e Silva prestou frente à educação no Ceará.

A Escola foi inaugurada no dia 11 de novembro 1974. Ela pertencia à antiga Fundação Educacional de Fortaleza (FUNEFOR). Tal Escola foi construída para atender a comunidade carente do bairro Ellery e funcionava com 08 salas, onde passou por direções que contribuíram para um crescimento cultural e Social desta comunidade.

Nesta gestão foi inaugurado o laboratório de Ciências, a construção da biblioteca, a implantação dos projetos: Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE) e parcerias com a BENFAM (Bem-Estar Familiar no Brasil), Universidade Estadual do Ceará (UECE), etc.

Com os projetos do PDE e PMDE algumas mudanças significativas ocorreram, contribuindo para a melhoria da escola nas dimensões pedagógicas, administrativas e físicas. Com estes projetos foi possível oferecer seminários, palestras, aula de campo, peças teatrais, atividades esportivas para alunos e pais e capacitações para professores e funcionários. Viabilizando também aquisição de materiais para instrumentar a prática pedagógica.

No período de 2001/2002, com o projeto PMDE muitas obras foram realizadas: melhoria na fachada da escola, reforma na sala dos professores, mecanografia, sala de apoio, secretaria e direção. A reforma das salas de aula, todas as salas com quadro branco, piso novo e revestimento, o refeitório, a creche e a reforma da quadra de esportes.

No ano de 2003, a Escola formou sua vigésima quinta turma de 8ª série. Muitos de seus antigos alunos, hoje profissionais liberais (médicos, advogados, analistas, professores), continuam mantendo o vínculo e o contato amigo com a Escola e seus professores. A Escola atende atualmente 1223 alunos, pertencentes à comunidade do bairro Ellery e adjacências, matriculados nos três turnos, nos cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos. A clientela da Escola é constituída de famílias de baixa renda.

A Escola mantém várias parcerias: UFC (Universidade Federal do Ceará) com o projeto Educação e Saúde Preventiva, posto de saúde Dr. Paulo de Melo Machado, IASOCIAL (Instituto de Assistência Social), e os amigos da escola com o grupo de capoeira, dança e atividades esportivas.

Sua congregação comporta mais de 53 educadores e 27 funcionários administrativos, e vem tentando construir um processo educativo democrático, que promova o espírito ético da cidadania, capaz de manter ações que assegurem a permanência e o sucesso do aluno na sua vida escolar, bem como a interação com o meio social.

4.1.1. A escola x na atualidade.

Atualmente a escola X, está subordinada a Secretaria Executiva Regional I e funciona nos turnos da manhã, da tarde e da noite, com tais modalidades de ensino: Pré-Escola, Básico Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) I e II, com o sistema de seriação.

Hoje, os 1.223 alunos estão matriculados da seguinte maneira: Pré- Escola – 193, Básico Fundamental (1ª a 5ª série – 437; 6ª a 6ª série – 455), EJA I – 24 e EJA II – 47. Já em termos de profissionais, a Escola conta com 53 profissionais do magistério, 27 funcionários, incluindo os de serviços gerais e 4 gestores. A tabela 1, abaixo corresponde à formação dos profissionais da escola.

Tabela 1 - Formação dos profissionais da escola.

| Categoria | Ensino Médio | Nível Superior | Especialização | Mestrado | Doutorado |
|--------------|--------------|----------------|----------------|----------|-----------|
| Professores | 03 | 48 | - | 02 | - |
| Funcionários | 22 | 05 | - | - | - |
| Gestores | - | 02 | 02 | - | - |
| Total | 25 | 55 | 02 | 02 | - |

Em relação à infra-estrutura, a escola encontra-se assim dividida: uma biblioteca, uma sala de informática, oito banheiros, um refeitório, quinze salas de aula, doze computadores, uma sala de direção, um laboratório de ciências, uma sala de especialização, uma secretaria, uma sala de professores, um parque infantil, um pátio interno, um almoxarifado, um escovódromo e uma quadra de esportes.

A escola dispõe de diversos serviços, tais como: Direção, Biblioteca, Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Portaria, Cozinha (Merenda Escolar), Secretaria, Laboratórios (Ciências e informática), Limpeza (Serviços Gerais), Vigilância. A escola também dispõe de muitos equipamentos: Telefone, Computadores, Fax, Fotocopiadora, Televisão, Mimeógrafo, Retro-Projetor, Data-Show, microscópios, torsos e outros.

Muito facilitaria tornar a aprendizagem mais prazerosa se estivesse incluso nas instalações físicas da escola um Auditório, um salão de jogos, uma sala de vídeo, uma sala de leitura e uma sala da arte, o que certamente contribuiria para um maior aproveitamento dos espaços ociosos existentes.

A despeito dos recursos existentes, a escola também sofre dificuldades, dentre eles a falta de recursos humanos, a carência de funcionários de biblioteca nos turnos da manhã e da noite, professor para o laboratório de Ciências, profissionais de serviços gerais para os diversos turnos. Já em termos de recursos didáticos, a escola precisa de Livros didáticos atualizados para a biblioteca e Livros de Literatura Infantil. Em relação ao material de secretaria, se faz necessários armários novos e fichários. Bolas, rede, bambolê e bastão são alguns materiais que faltam para o professores de educação física trabalhar.

4.1.2 Uma abordagem qualitativa da Escola X.

Para adquirir informações sobre a escola, formulou-se questionários diversos (que se encontram em anexo) para serem respondidos por profissionais da instituição. Tais questionários tiveram o objetivo de resgatar um pouco das propostas de trabalho dos profissionais e os principais projetos desenvolvidos pela Escola. Um desses questionários está voltado para o núcleo gestor, com perguntas que extraíram informações sobre a qualidade escolar que buscavam. O outro, dirigido aos professores, era um mapeamento institucional, no qual se buscara dados sobre localização e funcionamento da escola.

Após a entrega dos questionários aos educadores da escola, pôde-se perceber nas respostas fornecidas sua visão de sociedade representada pela divisão social de classes, alienante e excludente, onde o sistema capitalista é segregador promovendo o desemprego, má distribuição de renda, falta de compromisso dos governantes e falta de conscientização do povo, deixando a margem uma grande parte da sociedade brasileira sem atender as suas necessidades básicas. Nos parágrafos abaixo foram feitas abordagens qualitativas das respostas apresentadas nas amostras acima descritas.

Diante do exposto, a comunidade espera que a escola tenha como meta o compromisso de lutar por uma sociedade igualitária, justa, digna e inclusa, e que seja consciente dos seus direitos e deveres e que vivencie valores éticos e

morais, onde todos sejam participativos, críticos, reflexivos preparados para exercer a cidadania. Uma escola que desenvolva um trabalho voltado para o desenvolvimento da crítica, da reflexão, dos valores morais e éticos, que seja atualizada, bem informada, democrática, aberta à comunidade, com profissionais bem qualificados, comprometidos, responsáveis (assíduos e pontuais) que tenham domínio do conhecimento e mantenha o clima escolar em total disciplina de acordo com as normas da escola (direitos e deveres) e que possibilitem ao educando uma convivência saudável, respeito mútuo e que o aluno seja o sujeito de sua aprendizagem, que as atividades sejam significativas e prazerosas contribuindo para sua formação e sua cidadania abrindo caminhos que facilitem sua convivência e seu desempenho na sociedade atual.

É necessário que a escola ofereça uma estrutura física adequada e que a sua manutenção seja feita continuamente. Que sejam disponibilizadas ao aluno áreas propícias ao lazer (recreação, esporte, dança, música, teatro, etc.), uma merenda escolar de boa qualidade, com um cardápio variado, rico em proteínas, vitaminas, carboidratos etc., que os governantes invistam na formação continuada e na melhoria salarial dos educadores incentivando e valorizando-os, tendo como resultado, profissionais satisfeitos, mais envolvidos e com uma visão futurista de esperança, anseios, auto-estima em alta concorrendo para o fortalecimento e a credibilidade na educação pública.

Sem dúvida, a escola que é almejada por todos não depende só e unicamente da vontade dos profissionais da educação, mas da vontade política em criar mecanismos, meios, projetos que atendam as necessidades da população e que mantenham as escolas públicas satisfatoriamente (com serviços/material: limpeza permanente/pedagógico,), cumprindo os projetos, os repasses das verbas evidenciando a credibilidade nos atos políticos dos nossos governantes.

Na busca de uma educação de qualidade e de uma escola ideal, necessita-se de profissionais bem qualificados, envolvidos, conscientes, éticos, participativos, democráticos, solidários, dedicados, críticos, compreensivos, dinâmicos, responsáveis, questionadores, atuantes e comprometidos com o bom andamento

da escola fortalecendo sempre uma convivência agradável, de respeito para com os colegas e com a comunidade escolar.

Em relação ao Conselho Escolar, espera-se que fosse formado por pessoas comprometidas, envolvidas, compreensivas, éticas, responsáveis, participativas e atuantes. Que cada membro se sinta autônomo para ter iniciativa de planejar, programar e criar atividades que dinamizem ações que envolvam a comunidade escolar nos eventos sociais e educativos da escola. Que não visem só à prestação de contas. Enfim que o conselheiro seja um colaborador que venha somar, melhorar o andamento da escola.

Para que se tenha uma educação de qualidade, fazem-se necessários pais mais comprometidos, envolvidos que participem não só das atividades sociais da escola, mas principalmente das reuniões de pais, que zelem e acompanhem a aprendizagem do seu filho, que venham a escola com mais frequência e que estejam disponíveis, quando solicitados pelos professores ou direção. A escola é um lugar aberto à comunidade, portanto é importante que este pai cuide bem da escola, valorizando, preservando e sendo ouvido pelos professores, funcionários, direção e que a escola busque sempre meios de conscientizá-los da total importância do que é a escola para eles. Que eles gostem da escola, sintam-se bem e que haja um fortalecimento nas relações escola-família.

Espera-se que os gestores sejam democratas, dinâmicos, criativos, críticos, realistas, ousados, líderes, justos, compreensíveis, competentes, corretos e que tenham uma visão otimista e determinada frente às metas, aos objetivos que são programados pela comunidade escolar. Seja oportunizado a todos os espaços para sugerir e participar, e que o trabalho seja descentralizado buscando sempre o coletivo para que cada um se conscientize da sua importância, na ajuda conjunta aos gestores das escolas.

Já em relação à Secretaria Executiva Regional I (SER I), espera-se que seja parceira das escolas, não só para convocar as escolas para realizações das atividades do Distrito, mas escutem as escolas, valorizando a experiência dos

gestores que são conhecedores da realidade escolar, das suas principais necessidades (dificuldades, prioridades e do que funciona bem na escola); que os professores sejam bem atendidos nos Distritos de Educação e que os processos sejam dinamizados com mais precisão, incluindo a elaboração de calendários de atividades; que os gestores sejam convocados a tempo de sugerirem, opinarem, contribuindo de forma mais ativa a fim de fortalecer um elo satisfatório, amigável, onde se faz parte do processo de decisões incumbido na valorização, melhoria e auto-estima dos mesmos.

Almeja-se que a Secretaria Municipal de Educação (SME) descentralize e planeje com antecedência as atividades com os Distritos de Educação a fim de que as informações sejam comunicadas com clareza para os gestores e com tempo hábil de realizarmos nas escolas. Que os programas planejados pela SME sejam cumpridos no prazo estabelecido: merenda escolar de qualidade que atenda ao número de alunos da Unidade Escolar, fardamento, repasses das verbas sejam cumpridos dentro do empenho (respeitando o número de parcelas) assinado pelos gestores e que seja elaborado um calendário com o repasse das verbas para o ano 2004 e o mesmo seja cumprido. Clareza na utilização da verba do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), Ascensão Funcional em tempo hábil em consonância com o Estatuto do Magistério, respeito aos demais direitos dos profissionais da educação (licença saúde, licença prêmio, aditivo, etc.). Que a SME viabilize projetos culturais nas escolas com profissionais habilitados para esta finalidade oportunizando aos educandos, o desenvolvimento das suas potencialidades intelectuais e afinidades (teatro, música, dança, etc.). Viabilização de documentos tais como: diário de classe organizado para o início do ano letivo, folha de matrícula, histórico, etc.

É de extrema importância que seja realizado a manutenção dos equipamentos, principalmente sala de Informática, que sejam feitas compras de mais computadores para atender ao número de alunos da Unidade Escolar e que seja agilizada a integração da Internet para melhoria na aprendizagem do aluno e como forma de inclusão social.

4.2 O conselho escolar da escola x

Já foi discutido por nós a importância de se democratizar a Escola. Por isso que buscamos mais informações sobre tal processo em uma Escola de Fortaleza localizada na Regional I, a Escola Professor Martinz de Aguiar.

Em tal Escola o Conselho Escolar é composto pelo diretor da escola e seu vice, membros natos, e por mais doze vagas de titulares e doze vagas de suplentes que são distribuídas por igual número para os quatro segmentos – pais, alunos, funcionários e professores – como mostra o quadro abaixo.

| SEGMENTOS | TITULARES | SUPLENTES |
|--------------|-----------|-----------|
| Pais | 3 | 3 |
| Alunos | 3 | 3 |
| Funcionários | 3 | 3 |
| Professores | 3 | 3 |
| Diretor | 1 | 1 |

As decisões do Conselho Escolar sempre são tomadas em reuniões ordinárias mensais e extraordinárias marcadas quando houver necessidades.

Vale lembrar que a nova Direção assumiu em Agosto de 2009 com José Carlos Vasconcelos sendo o atual diretor. Já o Presidente do Conselho, Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão, foi eleito juntamente com os outros conselheiros somente em Outubro de 2009. Daí, podemos perceber que uma grande mudança na gestão estava acabando de se concretizar naquela Comunidade Escolar.

O diretor comenta que muito já se fez para se conter a indisciplina na escola como: transferência de alunos problemáticos, reuniões massivas de pais para discutirem e aprovarem normas disciplinares para a construção de uma nova condução do processo educacional. Reuniões com os alunos membros do Conselho e convidados foram realizadas afim de discutirem estratégias de fiscalização do patrimônio público. Carlos fica feliz em saber como a escola

mudou após a sua chegada e a nova composição do Conselho, pois sem as discussões coletivas ficaria muito difícil a tomada de decisões e a transferência de responsabilidade para a sociedade, principalmente dos alunos, já que estes dever se tornar cidadão críticos e participativos e preservarem o tão importante patrimônio que é a escola.

Um dos alunos do Conselho, no qual chamaremos de Y, considerou uma vitória a realização da Semana Cultural em 2010, já que a escola havia deixado de promover tal evento desde 2006. O aluno acrescenta que a participação dos colegas na elaboração de uma proposta de semana cultural junto com os professores foi de muita valia para o aprendizado.

Várias reuniões, tanto de professores quanto de alunos, foram realizadas a fim de construir uma Semana Cultural que proporcionasse interação entre alunos e professores e atendesse de fato aos anseios da Comunidade Escolar.

Muitos professores consideraram riquíssimas as produções de atividades e acrescentaram que nunca houve um empenho e participação tão grande dos diversos segmentos que compõem a escola: pais, professores, funcionários e, principalmente, alunos.

Esse evento foi construído num espaço de dois meses, após algumas reuniões feitas com docentes e discentes, em momentos separados. Tais discussões eram conduzidas por uma comissão do Conselho Escolar, sempre negociando com os segmentos os principais pontos da Semana Cultural e de suas atividades.

O diretor da Escola considerou a semana cultural emocionante e o principal, que não foi apenas uma imposição dos docentes para os discentes, mas uma construção coletiva de normas e regras.

Além das discussões sobre semana cultural e indisciplina, podemos perceber que as prestações de contas também eram feitas as claras. Reuniões com os membros do Conselho e com todos os segmentos também eram realizadas para

decidir sobre o destino das verbas. Hoje a escola conta com quatro programas: Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Mais Educação e Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE), nos quais os três primeiros são a níveis federais e o último a nível municipal.

Após a eleição das prioridades, o dinheiro era gasto e após a execução tudo era prestado conta em reuniões sempre com atas e documentos diversos, como: declaração de regularidade, atas de posse e eleição, planilhas, recibos, notas fiscais, cópias de cheques, verificação do menor, ordem de compra e outros. Tudo era mostrados aos conselheiros antes de ser enviados a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, SME.

Uma das representantes das mães no Conselho Escolar comenta que são muito importantes as reuniões para seu crescimento enquanto pessoa e para reivindicar a melhoria da educação para seus filhos, como por exemplo, a reforma do espaço de lazer da Educação Infantil e a inclusão de um playground no próximo orçamento. A mesma comenta que busca ouvir as mães que a procura para tentar solucionar os problemas nos espaços de discussões. Ela ainda acrescenta que muitas informações podem ser levadas as reuniões de pais a fim de informar ao coletivo os “passos dados” pelo Conselho, sempre com o intuito de estimular a tal segmento que participe nas tomadas de decisões e se candidate nas futuras eleições.

Outro segmento importante que contribuiu para a construção do presente trabalho de pesquisa foi o de funcionários. Uma das funcionárias de serviços gerais, eleita por seu grupo, afirma que nunca havia participado de um espaço democrático tão importante quanto o Conselho Escolar e acrescenta que está sendo de extrema importância para sua vida. Também comentou que foi em tais debates que conseguiu encaminhar muitas reivindicações de seu segmento, tais como: novo fogão industrial, televisão para o refeitório, construção de uma rede de esgoto que atendesse as necessidades do refeitório e outras. Tal funcionária disse que fica

feliz em saber que sua presença é válida para sua classe e que ainda muito tem que se fazer para melhorar seu espaço de trabalho.

Os Conselhos de Classes também foram resgatados, pois mais de dois anos não haviam tais reuniões para decidirem sobre coisas importantes sobre a vida da comunidade escolar.

De acordo com o pensamento dos atores escolares, podemos concluir que mesmo desenvolvendo uma função eminentemente normativa, como assinalam com mais ênfase, os professores e alguns representantes da equipe técnica, ou realizando diversas funções, como sugerem a maioria dos membros da equipe técnica e a diretora da escola, o Conselho Escolar da escola pesquisada, ainda que com inúmeras limitações, representa uma iniciativa que vem contribuindo para o início do desenvolvimento de uma cultura participativa no âmbito da instituição escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este trabalho com algumas definições e conceitos acreditando-se que, os assuntos aqui debatidos, sejam de fundamental importância para todos aqueles que desejam trilhar os caminhos do trabalho profissional em Gestão Escolar, ou seja, para que anseiam por exercer sua profissão em uma práxis mais consciente e preparada.

Atualmente, não podemos ignorar que, diante de qualquer desvio do padrão de comportamento, principalmente na escola, a primeira hipótese de explicação ainda faz referência a um possível problema mental.

Esse procedimento se modificou somente há poucas décadas, em decorrência, principalmente, dos avanços nas pesquisas neurológicas comprovando a plasticidade do cérebro que, mesmo lesado, tem condições de reconstituir-se e garantir seu funcionamento, bem como da Psicologia, em especial a Psicanálise, cuja contribuição está sendo significativa no sentido de colaborar para que a criança seja também considerada como dotada de sentimentos, que desde a vida intra-uterina influenciam o seu comportamento. A Pedagogia, igualmente, acabou por repensar a sua prática, investigando mais profundamente a relação ensino-aprendizagem. E todos esses profissionais, atuando integradamente, deram um impulso à questão.

Há que se destacar que, com o fortalecimento da Gestão Democrática, todos os conceitos envolvidos no aprender estão sendo reconsiderados. Por aprendizagem, por exemplo, estendeu-se o conceito para além do conhecimento formal, acadêmico. Qualquer sujeito, independente do seu comprometimento corporal, orgânico, cultural ou psicológico se relaciona e elabora aprendizagem, pois é um ser social, que estabelece relações vinculares durante toda a sua existência.

A prática de Gestão Escolar Democrática mais moderna nos tem mostrado que, o diálogo entre os diversos segmentos da escola é o melhor caminho para se instalar o bem estar na instituição e proporcionar uma aprendizagem satisfatória e a minimização do fracasso escolar impulsionado pela indisciplina, pois deve persistir certamente por uma elaboração de mecanismos inteligentes de defesa ou de manutenção de uma dinâmica grupal na qual se encontra inseridas.

Nos dias de hoje, fica cada vez mais evidente que se faz necessário considerar o aspecto orgânico como importante na avaliação do problema de aprendizagem e de disciplina, no entanto é indispensável que os aspectos cognitivos e afetivos sejam ponderados na elaboração do diagnóstico, como também nas estratégias de condução no processo educacional.

Além desses fatores, não se pode deixar de levar em conta os níveis econômicos e culturais em que o grupo familiar da criança se encontra, bem como o tipo de escola que frequenta, uma vez que, se forem bem entendidas e encaminhadas às dificuldades de aprendizagem, as crianças/alunos podem ter assegurada uma relação mais harmônica, coerente e saudável com o conhecimento.

Finalmente, é indispensável registrar que o processo democrático e participativos entre pais, alunos, funcionários e professores, cada vez mais, se coloque em primeiro lugar na tomada de decisões no espaço escolar, sempre colaborando para a construção de um cidadão crítico e participativa, um verdadeiro ser social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATSHAW, Mark L.; Perret, Yvonne M. – **Criança com deficiência: uma orientação médica**. 2ª Edição – São Paulo: Ed. Santos-Maltese, 1990.

BOSSA, Nadia A. – **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** – Porto Alegre : Artmed, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 – São Paulo : Saraiva, 1988.

CASTELO, Elisa Maria. A filosofia positivista de Augusto Comte. In: VASCONCELOS, José Gerardo (org) – **Ditos (mau) ditos** – Fortaleza : LCR, 2001. p. 47-59

COVRE, Maria Lourdes Manzini – Aprendizagem/formação, narcisismo e cidadania-em-contrução. In: In: PINTO, Silva Amaral de Mello (org) – **Psicopedagogia: um portal para a inserção social** – São Paulo : Ed. Vozes, 2004. p. 49-56.

CURY, Augusto Jorge – **Pais brilhantes, professores fascinantes** – Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan – **Educação Matemática: da teoria à prática** – São Paulo: Papyrus, 1996.

FREIRE, Paulo – **Educação e mudança** – 30ª Ed. – Paz e Terra – São Paulo, 2007.

GINOTT, Haim G. – **Pais e filhos: novas soluções para velhos problemas** / tradução de Flávio Costa / 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Bloch, 1982.

KEEGAN, D. “**On Defining Distance Education**”, in SEWART, D. et alii (eds.), Distance Education: International Perspectives. Londres/Nova Iorque: Croomhelm/St. Martin’S, 1983.

LIMA, Lauro de Oliveira, 1921 – **A construção do homem segundo Piaget: uma teoria da educação** – São Paulo : Summus, 1984.

MONTESSORI, Maria – **O que você precisa de saber sobre seu filho** – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Portugália, 1966.

PIAGET, Jean – **Seis estudos de Psicologia** / Jean Piaget; tradução: Maria Alice Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva – 24ª _Rio de janeiro : Forence Universitária: 1999.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa - **A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, nº 45, maio, 1996.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, Coimbra. Portugal, n 63, p. 237-280, out. 2002.

SAVIANI, Dermeval – **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVEIRA, Juracy – **Leitura na Escola primária: guia para o normalista e professores**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Conquista, 1966.

TOLEDO, Marília Barros de A. – O ato de aprender: em matemática-ação docente. In: MASINI, Elcie F. Salzano (org.) – **Ato de aprender** – São Paulo : Mackenzie, 1999.

VASCONCELOS, José Gerardo – **História Cíclica e história linear em Rousseau...** In: VASCONCELOS, José Gerardo ET. AL (org.) – **Ditos (maus) ditos** – Fortaleza: LRC, 2001.

ANEXOS

Mapeamento Institucional

O mapeamento institucional é um método de análise da instituição escolar, observando minuciosamente não somente aquilo que é dito, mas o que não é dito por meio de observações, gestos e postura das pessoas que estão respondendo às perguntas.

I. Identificação da Unidade Escolar

Entidade mantenedora

Nome e endereço completo

Decreto de criação e/ou transformação/Ato (s) e/ou Portaria (s) Autorizativa (s) de Funcionamento de Cursos

Cursos que oferece: níveis e modalidades com as respectivas matrizes curriculares

Estrutura dos cursos (série, ciclos, grupos não seriados).

Classificação da escola

II. Caracterização socioeconômica e cultural da comunidade escolar

Quais as principais atividades socioeconômicas de minha comunidade?

Quais as principais tradições culturais? Que tipo de atividades de lazer são mais presentes?

Há outras escolas na área?

Como é feito o atendimento de saúde da comunidade?

Descrição da realidade da escola.

Quais as dificuldades existentes no dia-a-dia da escola com relação à aprendizagem dos alunos, ao ambiente escolar, às disciplinas e ao trabalho dos professores?

Quais são as causas da distância entre a realidade e o ideal pretendido?

Quais atividades são mais bem aceitas pelos alunos?

Como as famílias participam do desenvolvimento do currículo escolar?

III. Estrutura e Organização da Escola

Recursos humanos existentes

Calendário escolar (distribuição das aulas, estudos de recuperação, reuniões pedagógicas e administrativas, conselho de classe, atividades extraclasse).

IV. Matrícula

Organização das turmas

Transferência

Turnos e horários da escola

Sistema de avaliação

Recursos físicos disponíveis (salas de aula, biblioteca, espaço de novas tecnologias, espaços livres, etc.).

Currículo, programa e projetos.

V. Quanto aos turnos e horários da escola

O calendário escolar prevê tempo destinado ao encontro de professores para estudo, discussão e implementação de projetos.

VI. Quanto aos recursos físicos.

Existem horários para freqüência à biblioteca pelos alunos e professores?

A biblioteca atende as necessidades dos alunos e professores?

Em caso negativo, o que fazer para melhorá-la?

A escola busca utilizar as novas tecnologias disponíveis?

Programas de TV e vídeos são aproveitados para discussão de professores, alunos, comunidade?

Existe horário estipulado para utilização de computadores pelos alunos?

VII. Quanto ao sistema de avaliação

Como é organizada avaliação no cotidiano da escola?

Quais os objetivos da avaliação? É dimensionar as atividades pedagógicas para promover o desenvolvimento do aluno? Ou simples reprovação que desconsidera que o erro pode ser indicador de caminhos para a correção?

O que acontece com o aluno reprovado: Melhora, piora ou mantém o mesmo rendimento?

Questionário Dirigido dos Conselheiros

- 1- Qual a importância do Conselho Escolar para as instituições de Ensino Públicas?

- 2- Que reivindicações, defendida por você, já foram realizadas para atender as necessidades de seu segmento?

- 3- Qual a importância do Conselho Escolar para sua vida?

- 4- Que desafios ainda faltam superar?

Obs.: O único questionário foi distribuído para um representante de cada segmento: pais, alunos, professores e funcionários.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

**AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO
ESCOLAR DA ESCOLA X PARA SE MINIMIZAR O
FRACASSO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão

Fortaleza, CE, Brasil
2010